

Crescimento e (des)emprego

Por: Ricardo Barboza e Braulio Borges

Muitos analistas subestimaram o crescimento da economia brasileira em 2021 – nós inclusive. Em abril, o consenso de mercado antevia um crescimento de 3% para este ano. Hoje, as previsões estão em 5,3%, quase o dobro. Em condições normais, um crescimento dessa magnitude deveria ser celebrado. Mas, no contexto atual, não há razões para euforia.

Antes de tudo, é preciso deixar claro para o leitor que a maior parte do bom resultado de 2021 se deve a um efeito meramente estatístico – devido à base deprimida de comparação no ano passado. De fato, o chamado *carry-over* é de +3,6%. Ou seja, se a economia brasileira ficasse “estacionada” no nível dessazonalizado de PIB do final de 2020, já cresceria 3,6% em 2021.

Mas isso já era conhecido desde o final de março, quando o IBGE divulgou as Contas Nacionais de 2020. O que mudou de lá para cá?

Em primeiro lugar, o quadro global melhorou consideravelmente. No começo de março, a expectativa de consenso era de que o PIB dos EUA cresceria menos de 5% neste ano e, agora, essa taxa já está em 7%. Isso também aconteceu, em menor intensidade, nas projeções para a Zona do Euro.

Tais revisões, em conjunto com outros fatores, impulsionaram ainda mais os preços internacionais de commodities, um importante motor do nosso PIB. Entre março e julho, esses preços subiram quase 15%, situando-se atualmente quase 40% acima dos níveis pré-pandemia.

Em segundo lugar, a “segunda onda” da pandemia não gerou os efeitos contracionistas esperados para 2021, sobretudo no 2º trimestre. Seja porque parte da população se adaptou (ou ignorou) à presença do vírus, o fato é que o brutal número de casos na primeira metade deste ano não se traduziu em um tombo proporcional da atividade. Nesse sentido, demos sorte – ou azar, a depender do ponto de vista.

Terceiro: como resposta à “segunda onda”, o governo acabou adotando novas medidas de suporte fiscal às famílias e empresas, como a nova rodada do auxílio emergencial no valor de R\$ 44 bilhões (valor que ainda poderá ser ampliado).

Quarto, após um período no qual a economia consumiu estoques previamente acumulados, muitas empresas estavam, no final de 2020, com inventários bem abaixo do desejado. O processo de normalização dos estoques ajuda a explicar boa parte do crescimento do PIB no 1º trimestre desse ano, a despeito do consumo das famílias e do governo (78% do PIB sob a ótica da demanda) terem registrado contração em termos dessazonalizados.

Quinto, as expectativas de crescimento também foram revisadas em função de melhores perspectivas de vacinação da população adulta, que deve estar imunizada até outubro. Quem recebe vacina no braço ganha confiança, o que se converte em mais gasto no curto prazo.

Em conjunto, esses fatores não desmerecem o crescimento mais elevado – apenas o qualificam, no sentido que não deve se repetir adiante. Aliás, o crescimento esperado para 2022 é de cerca de 2%, não muito distante do padrão medíocre observado entre 2017 e 2019. Ademais, as projeções de consenso apontam, em 2024/25, para um PIB ainda 4% abaixo do nível projetado em janeiro de 2020.

Além do maior crescimento do PIB neste ano decorrer em boa medida de fatores mais fortuitos, ele tem apresentado uma característica bastante curiosa: não tem gerado melhorias proporcionais no mercado

de trabalho. Ou seja, o Brasil tem tido uma espécie de *jobless recovery*. Por isso, “*a sensação térmica para a sociedade não é a do PIB*”, para usar a feliz expressão de Zeina Latif.

Traduzindo em números: enquanto o PIB agregado já voltou ao patamar pré-crise no 1º trimestre deste ano, a população ocupada segue 7,2% abaixo do observado em fevereiro de 2020, o que significa 6,7 milhões de pessoas a menos no último dado disponível, de acordo com a PNAD Contínua.

Sim, é importante mencionar que, por conta da pandemia, as entrevistas da PNAD Contínua passaram a ser feitas por telefone pela equipe do IBGE, e isso reduziu o número de respondentes, com impactos na amostragem e nos resultados. Há instituições tentando ajustar as séries de população ocupada para dar conta desse problema. Mas, mesmo com ajustes, o diagnóstico de *jobless recovery* segue presente.

A verdade é que a taxa de desemprego segue extremamente elevada no país, tendo alcançado 14,6% no último dado disponível (maio), cerca de 3 p.p. acima do observado antes da pandemia (em termos dessazonalizados). Já a taxa de subutilização da força de trabalho segue próxima de 30%.

Posto de forma simples, ainda estamos em situação desfavorável, a muitas léguas do pleno-emprego (que, no Brasil, corresponde a uma taxa de desocupação entre 9% e 10%). Nossa recuperação cíclica está longe de ocorrer em sua totalidade, a despeito do “PIBão” de 2021. Como disse certa vez Ben Bernanke, “*a taxa de desemprego é um indicador mais adequado das condições cíclicas da economia do que a taxa de crescimento do PIB*”.

Como pode o PIB ter crescido e o emprego não ter acompanhado o movimento, fazendo a produtividade do trabalho aumentar nessa crise, ao contrário do que geralmente se observa em recessões brasileiras? A resposta parece estar ligada a um efeito composição (perderam empregos principalmente as pessoas menos escolarizadas), bem como a uma aceleração de avanços tecnológicos em função da pandemia.

A recuperação brasileira tem formato de “K”, com forte divisão entre vencedores e perdedores, piorando as elevadas desigualdades. Pesquisa da FGV Social, com dados da Gallup World Poll, mostra que a felicidade dos brasileiros 40% mais pobres caiu muito em comparação ao pré-pandemia (a despeito do auxílio emergencial) e se elevou entre os 20% mais ricos.

Por fim, voltamos a lembrar sobre o efeito histerese no mercado de trabalho. Há grandes chances dessa crise deixar cicatrizes permanentes, com o desemprego não retornando ao patamar pré-crise, que já era muito alto. Estudo do Banco Mundial sugere que o estrago pode durar por nove anos, na ausência de políticas de estabilização adequadas e de políticas efetivas de retreinamento da mão-de-obra.

Na presença de histerese, o custo de agir muito cedo com medo de pressão inflacionária pode ser muito caro, pois pode reduzir o crescimento potencial da economia. Com o Banco Central elevando a Selic rapidamente para um patamar acima do neutro e ignorando seu novo objetivo formal (“suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego”, conforme consta da lei aprovada no começo deste ano), corremos o risco de piorar as coisas.

Teremos inflação baixa e praticamente na meta já em 2022, como se pretende, mas uma economia que só deve voltar a ter uma taxa de desemprego abaixo de 10% no final de 2023 ou em 2024.

* Ricardo Barboza é Professor da Alumni Coppead-UFRJ e Mestre pela PUC-Rio.

**Bráulio Borges é pesquisador associado do FGV-IBRE, economista sênior da LCA e Mestre pela USP. As opiniões aqui expressas são estritamente pessoais.